

Temas e conceitos relevantes no debate das ciências sociais hoje¹

Elida Rubini Liedke²

Introdução

Nesta palestra serão tratados, em duas etapas analíticas, temas e conceitos relevantes para o conhecimento do estado atual das Ciências Sociais e para o debate sobre os desafios que a elas se colocam, na busca de uma efetiva contribuição para o equacionamento dos problemas sociais contemporâneos e suas possíveis soluções. A primeira etapa diz respeito a três grandes conjuntos de mudanças que vêm caracterizando as Ciências Sociais nos últimos 40 anos, mais claramente, desde o fim dos anos 60 e o início dos anos 70 do século XX até o momento presente do século XXI. O primeiro conjunto de mudanças que será enfocado é de ordem epistemológica; o segundo se refere a mudanças de ordem teórico-metodológica, enquanto o terceiro conjunto, as mudanças de ordem ético-política. Assinalo que considero que essas três ordens ou essas dimensões das ciências sociais se encontram fortemente interconectadas, sendo imprecisas as fronteiras entre elas. As mudanças em curso, como será explicitado ao longo desta palestra, afetam a própria formulação da problemática básica das ciências sociais. Por esse motivo, importa desde já esclarecer que se trata aqui de

¹Palestra proferida na II Jornada Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, novembro de 2011. Colaboraram com a transcrição, os alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPel – Amanda Fabres Oliveira Radunz, Gláucia Casagrande Peripolli e Isabel de Figueiredo Martins.

² Doutora em Sociologia - Brown University (1987). Possui experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, Teoria Sociológica e Avaliação de Políticas Públicas de Trabalho. Professora aposentada da UFRGS. E-mail: elida.rubini.liedke@gmail.com

ênfatizar e explorar analiticamente o conjunto de mudanças que tem ocorrido em cada uma das referidas ordens ou dimensões, bem como suas principais consequências, sem nenhuma pretensão de estabelecer qualquer forma de hierarquia entre elas³.

Na segunda etapa desta palestra serão inicialmente apresentadas, em linhas gerais, as ênfases conceituais de oito abordagens teóricas que invocam temas relativos à complexa problemática da vida social hoje. Logo a seguir, serão tratadas, à luz de cada uma das abordagens selecionadas, quatro questões-chave que servirão como referências para o debate sobre o estado atual da pesquisa, do desenvolvimento teórico-metodológico e das responsabilidades e tarefas prático-políticas das ciências sociais.

Cabe deixar indicadas, desde já, essas quatro questões-chave.

1. Faz sentido, hoje, nutrir a esperança de uma vida social menos ameaçada, a esperança de paz, de um Estado de Direito Democrático? 2. Quais são os requisitos para esse estilo de vida? 3. Quem são os atores que se dispõem a se mobilizar por sua livre vontade e como podem levar adiante agendas para uma transformação social progressiva? 4. Como a teoria em ciências sociais pode enfrentar essas e outras questões? Em outras palavras e já indicando possíveis respostas, como podemos contribuir, os cientistas sociais, através da pesquisa, do aprofundamento crítico dos estudos, da busca de novos instrumentais teórico-conceituais e metodológicos para enfrentar essas questões?

O Quadro I apresenta uma síntese dessas quatro perguntas, a qual permite apontar que está em curso uma reformulação valorativo-teórica da problemática das ciências sociais, isto é, da própria vida em sociedade: quais são as perspectivas que temos para construir uma vida boa e justa? Teremos que continuar vivendo sob o medo, indiferentes e isolados uns dos outros, em atitude de imobilismo diante da violência crescente no dia-a-dia? E aqui estamos falando sobre a violência na vida cotidiana, sobre a violência doméstica, a violência contra mulheres, crianças, jovens adultos e não, exclusivamente, a violência que tem lugar no plano dos eventos e conflitos armados que ocorrem em e

³ Não serão tratadas aqui as mudanças que vêm ocorrendo no plano das técnicas de pesquisa, de coleta e de análise de dados, muitas das quais estão relacionadas tanto às novas posturas assumidas pelos cientistas sociais quando em campo, como se apreende em *A Miséria do Mundo* (BOURDIEU, coord., 1997), quanto à incorporação de novos instrumentais oferecidos pelos recursos computacionais, conforme exposto em "As possibilidades das Metodologias Informacionais nas Práticas Sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do Século XXI" (SANTOS, 2001).

entre países, em áreas, acredita-se, porque localizadas em algum outro lugar do mundo, se encontram muito distantes de nossas vidas aqui e agora. Essa é a problemática que irá nortear a presente palestra, doravante exposta em linguagem mais coloquial.

Quadro I - Problemática da vida social

<p>VIDA BOA E JUSTA</p> <p>Generalização da Cultura de Paz</p> <p>Ressignificação das Mobilizações Sociais Multipartidárias ou A-Partidárias</p> <p>Opinião Pública – Expressão Pública da Vontade Política</p> <p>Sociedade Civil – Cidadania</p> <p>Democracia – Estado de Direito</p> <p>VS.</p> <p>VIOLÊNCIA</p> <p>Racismo – Xenofobia – Violência de Gênero – Doméstica</p> <p>Contra Camadas e Indivíduos Socialmente Desvalorizados (crianças, jovens e adolescentes, mulheres, idosos, negros, indígenas, homossexuais, imigrantes...)</p> <p>Guerras Fratricidas</p> <p>Poder Repressivo da Rede Mundial de Estados</p>
--

Fonte: Autora, 2011.

Parte I Três conjuntos de mudanças nas Ciências Sociais

Uma primeira importante transformação, de cunho predominantemente epistemológico, consiste no afastamento das ciências sociais das orientações ditas fundacionais, ou seja, das chamadas verdades sociais permanentes. Esse distanciamento se faz frente a explicações baseadas em relações simples de causa e efeito, à busca de explicações duráveis em um mundo que se considera como realidade objetiva, que está além, fora, separada do sujeito investigador, do sujeito pesquisador. Em contraste, como apontou, entre outros, Anthony Giddens, em *A Constituição da Sociedade* (1989), nas ciências sociais se trata de abordar a relação entre sujeito e sujeito e não, entre sujeito e objeto.

Nessa mesma linha, a visão acerca do conhecimento das ciências sociais, da articulação entre teoria e pesquisa, passa a ser considerada como socialmente situada, contextualizada. Ou seja, todo esforço de teoria e de pesquisa incorpora valores, faz parte de interpretações socialmente construídas e ao mesmo tempo é capaz de influenciar e até mesmo criar inflexões sobre a vida social, como por exemplo, sobre as políticas públicas. Faço aqui novamente referência a Giddens, no que diz respeito à dupla hermenêutica, conforme proposto em *As Consequências da Modernidade* (1991). Nesse texto, do início dos anos 90, Giddens já assumia que as ciências sociais se relacionam com a vida social de uma forma que pode ser visualizada como uma espiral, passando suas produções por dentro e por fora da vida social. Ou seja, os cientistas sociais produzem determinados conhecimentos e, na medida em que esses conhecimentos vão sendo divulgados, através dos meios de comunicação, os cidadãos vão se informando acerca dos mesmos. Assumindo posições sobre esses conhecimentos, sobre a diversidade de pensamento que expõem, vêm, por vezes, até mesmo a alterar os seus próprios comportamentos. O autor dá exemplos relativos ao divórcio, a questões acerca da sexualidade, da família, assim como podemos incluir, na área do trabalho, os problemas acerca da qualificação dos trabalhadores. No entender desse autor, se as pessoas passarem a, reflexivamente, tomar conhecimento desses resultados de pesquisa, novos comportamentos poderão vir a ser adotados, fazendo emergir novos eventos e padrões sociais.

Desde essa perspectiva, é possível, por exemplo, que os agentes sociais se deem conta, na área do trabalho, de que a escolaridade regular até a quarta série do Ensino Fundamental se situa muito aquém das demandas dos empregadores, referindo-me aqui ao mínimo de escolaridade demandada para serviços considerados de baixa qualificação. Sabe-se que em ocupações como vendedores em estabelecimentos comerciais, telefonistas, recepcionistas e porteiros de hotéis, é comum exigir que os candidatos a uma vaga tenham frequentado pelo menos o Ensino Médio, ainda que em nível incompleto. Os indivíduos então tentam, procuram se esforçar para conseguir alguma maneira de valorizar as suas precárias qualificações, as suas habilidades. Muitas vezes buscam realizar cursos de formação profissional, sabendo que a baixa escolaridade e o saber-fazer pela prática informal acarretam habilidades consideradas muito aquém das novas exigências do mercado de trabalho.

Em direção similar, Seidman e Alexander (2001) colocam que uma das nossas tarefas, uma das nossas questões fundamentais, no fazer das ciências sociais, do conhecimento em ciências sociais, é sabermos nos movimentar entre a análise que elaboramos e o sentido

crítico dos princípios valorativos, a partir dos quais construímos os nossos projetos de pesquisa. Trata-se de ter claro quais são esses princípios. Quais são os pontos de partida éticos, morais, político-valorativos que estão orientando as linhas de pensamento que adotamos quando construímos uma problemática, os objetivos de um projeto ou de um programa de investigação? Ademais, a busca das evidências da pesquisa deverá ser rigorosa, de maneira que ao apresentarmos os resultados, esses possam ser efetivamente comprovados e justificados, vindo, pois, a ser aceitos para o debate com e entre outros estudiosos. É esse intercâmbio, essa contínua troca que se faz nas ciências sociais, que é necessário para o seu avanço, o seu aprofundamento.

Em uma atitude de alerta sobre a importância e o significado desse princípio de distanciamento das verdades fundacionais, considere que é preciso ter presente determinados pontos que foram elaborados por outros autores, remetendo aqui especialmente à obra de Foucault (1979), que salienta as esferas de poder que se vão situando nos meandros da vida social. Essas esferas de poder, que se invisibilizam, que não são facilmente perceptíveis, detêm a capacidade de criar verdades incontestáveis, verdades que estabelecem o que pode ser dito e quando pode ser dito, isto é, o que é dizível. A subjetivação pelo próprio pesquisador de determinadas verdades consideradas completas, declaradas como inquestionáveis, podem comprometer até mesmo a nossa frequentemente ingênua intenção de afastamento de verdades fundacionais. Nós podemos estar simplesmente trocando uma verdade fundacional por outra.

Habermas, em uma entrevista a Haller, em *O Passado Como Futuro* (1993), reconhece a contribuição crítica de Michel Foucault, ao apontar, este último, que a própria teoria da ação comunicativa poderia estar comprometida por questões que dizem respeito às práticas de poder que se introduzem nas relações sociais de comunicação, mesmo que inicialmente voltadas ao entendimento. As três exigências da ação comunicativa, de que nos fala Habermas, a partir da ética do discurso – a verdade, a justiça e a autenticidade –, podem ficar comprometidas se não estivermos atentos aos problemas de imposição da normalidade, inclusive no âmbito do fazer científico.

Em linha similar, Bourdieu (1989) argumentou acerca da ciência oficial, da questão da vigilância epistemológica, do fazer do pesquisador, o qual necessita assumir uma posição crítica em relação ao que ele, Bourdieu, chamou de senso comum douto. Trata-se aqui do discurso que não pode ser questionado porque já faz parte do pensamento científico aceito de forma generalizada, podendo se tornar uma

nova *doxa*, um novo senso comum científico-acadêmico. Essas são questões que fazem parte da teoria do poder simbólico, da violência simbólica proposta pelo autor. Nesses termos, o próprio pesquisador pode estar, através da incorporação do *habitus* científico oficial, incorporando o senso comum do pensamento douto. Para a produção de uma sociologia reflexiva⁴, Bourdieu é extremamente exigente, no que se refere à vigilância das condições de construção do objeto, colocando radicalmente em dúvida os (pré)conceitos, as (pré)construções do pensamento douto.

Por questões de brevidade, passarei para o segundo conjunto de mudanças, que é predominantemente de ordem teórico-metodológica. Recorde-se aqui que, como disse antes, as três dimensões estão entrelaçadas, interligadas, e não vejo como demarcar com muita clareza as fronteiras entre elas. Essa segunda dimensão diz respeito ao fato de que para boa parte dos estudiosos as divisões entre as disciplinas das ciências sociais, especificamente, a antropologia, a ciência política e a sociologia, tendem a se enfraquecer. Ou seja, os sociólogos passaram a buscar na antropologia e na ciência política o aprofundamento de estudos em determinados temas, problemas, que até então eram considerados exclusivos dessas outras duas disciplinas. E o mesmo tende a ocorrer entre os cientistas políticos e os antropólogos. Hoje essa divisão disciplinar vem sendo superada, embora, ao mesmo tempo, esteja havendo um processo de especialização crescente. Não são, porém, processos incompatíveis. Há uma especialização crescente do ponto de vista institucional, inclusive, entre a antropologia, a ciência política e a sociologia. Mas há também um crescente diálogo entre as áreas, não importando muito a questão de fronteiras em termos de autores que são lidos, temas que são pesquisados, metodologia de pesquisa que é adotada⁵. Mais ainda, as ciências sociais têm procurado em outros campos científicos, dentro das humanidades, como os de história, geografia, psicologia, psicanálise, e até mesmo fora das humanidades, como o da genética, recursos conceituais para trabalhar com a crescen-

⁴ Ainda que sem a explicitação aqui devida, cumpre chamar atenção sobre o significado radicalmente diverso da ideia de uma sociologia reflexiva de Bourdieu (1989), face às noções de reflexividade dos agentes sociais (GIDDENS, 1989), de modernização reflexiva (GIDDENS, 1991; BECK, GIDDENS e LASH, 1994; BECK, 2000a e 2000b, autores que, por sua vez, adotam concepções com aspectos analíticos diferenciados entre si), e ainda à noção de reflexividade na sociedade de risco, conforme Beck (2000a). Na presente palestra, utilizamos a ideia de reflexividade de modo aproximado às noções de Giddens (1989; 1991; 1994) e de Beck (1994; 2000a e 2000b).

⁵ Em que pese as controvérsias sobre o uso do método etnográfico, também denominado método antropológico, assim como sobre o uso de técnicas de pesquisa qualitativas em oposição às técnicas quantitativas.

te complexidade da chamada segunda modernidade ou modernidade avançada, ou a globalização da modernidade avançada, para o que as nossas velhas concepções de razão, de verdade, de estabilidade social, já não servem mais.

Isso não significa deixar de considerar o legado de nossos antecessores, os chamados clássicos das ciências sociais. Ao contrário, significa escavar, buscar entre os clássicos das ciências sociais a inspiração, através da reinterpretação, da releitura dos seus textos, elementos para a reconstrução das ciências sociais, visando equacionar e tratar teórico-metodologicamente a problemática complexa que nós, como cientistas sociais, enfrentamos no mundo de hoje. Por exemplo, nós sabemos – e isso acontece entre os autores que eu vou apresentar mais adiante –, que ao longo do período em foco, as contribuições de Weber, de Durkheim e de Marx têm sido retomadas, assim como de outros autores, que poderiam ser incluídos entre os clássicos, como Georg Simmel, George Herbert Mead e Erving Goffman. A questão do reconhecimento do outro, por exemplo, faz parte dos estudos de identidade; a questão do sentido, do significado, da troca como expressão de uma relação social plena de sentido está na obra de Simmel. As questões colocadas por Marx, referentes à economia política, retornam em Bourdieu, de uma outra forma, como quando, por exemplo, ao propor as noções de capital simbólico e de violência simbólica, o autor se apoiou na e alterou a noção de capital da economia política marxista. Ao invés de trabalhar com capital no sentido de um valor objetivo, da acumulação capitalista com sentido exclusivamente econômico, Bourdieu retrabalhou o conceito e enfatizou o seu significado simbólico e político. Incluiu em seu quadro teórico-conceitual outras formas de capital, como o capital cultural e o capital social, todas com significado de poder simbólico (que também é material, como tanto Bourdieu insistiu).

Nós vamos ver, mais adiante, que Axel Honneth (2007a), considerado o principal representante atual da Escola Crítica, essa já em sua terceira geração, analisa a questão da solidariedade de um modo que, em meu entender, se aproxima da visão de Durkheim. Outrossim, Nancy Fraser (2002) trabalha com a Teoria Crítica, pensando em termos de um outro tipo de socialismo, posicionando-se contra qualquer forma de totalitarismo e de repressão, que caracterizaram o assim chamado socialismo real.

São formas de retomar, modificada, a produção dos clássicos, pois não se trata mais do contexto social vivido e pensado por aqueles que a produziram inicialmente: como em Weber, a questão da racionalização crescente; em Marx, a questão da revolução; em Durkheim, a

aposta na industrialização e na divisão orgânica crescente do trabalho como uma forma de se constituir uma civilização pacífica.

Importa, também neste debate, levar em consideração um outro ponto de vista, no que tange a essa segunda dimensão, de ordem teórico-metodológica, o qual se expressa na problemática colocada por Niklas Luhmann (1997). Para esse autor, se há hoje, por um lado, fortes tendências ao aumento da interdisciplinaridade nas ciências sociais entre si, bem como com outras áreas das humanidades como a literatura e as artes plásticas, chegando inclusive a envolver ciências de outras áreas como a física, a neurociência, há também uma tendência à especialização crescente da sociologia. Esse autor propõe uma nova teoria dos sistemas sociais, apontando que esses se constituem como sistemas fechados, ainda que interdependentes. Trata-se de sistemas autopoieticos, que se autoproduzem, que possuem uma linguagem própria em sua relação com o ambiente, o qual é constituído por outros sistemas sociais⁶. Qual é o problema novo trazido por essa abordagem teórica? O problema crucial que essa abordagem traz ao debate se refere a que a comunicação entre sistema e ambiente, os demais sistemas e seus subsistemas, é altamente improvável, pois cada um deles possui uma linguagem com sentido próprio. Uma informação, uma demanda proveniente do ambiente constituído por outros sistemas sociais altamente especializados, pode ou não vir a ser selecionada pelo sistema social que está sendo pressionado por uma resposta. O “ruído” externo pode ou não ser decodificado, interpretado e, ainda, a mensagem, uma vez entendida, pode ou não ser aceita, gerando ou não nova comunicação. O resultado é um elevado grau de conflito, de tensões constantes entre cada sistema social e seu ambiente, considerando aqui os demais sistemas e sub-sistemas sociais.

Um exemplo que pode aqui ser apontado diz respeito ao Sistema do Direito, quando pressionado pelos movimentos sociais para modificar a concepção de propriedade privada. Em um primeiro momento, essa demanda pode ser interpretada como inconstitucional, pois não fala a linguagem do Direito. Tratar-se-ia, pois, de uma demanda impossível de ser recodificada, de ser qualificada no âmbito desse sistema, gerando frequentemente, ao invés do entendimento, o

⁶ Atenho-me aqui à noção de sistemas sociais autopoieticos e às interações entre subsistemas como ambientes uns dos outros, as quais são indiretas; constituem redes sistêmicas de comunicações mediadas pela linguagem. Outros sistemas autopoieticos são contemplados na abordagem sistêmica de Luhmann, como sistemas psíquicos e organismos vivos, que também fazem parte do ambiente dos sistemas sociais e cuja interação só pode ocorrer indiretamente (NEVES, 1997b; LUHMANN, 1998).

conflito. Mais do que o problema de prevalecer a tendência ao conflito, essa obra mostra que em um mundo globalizado, que na modernidade avançada, os limites à ação dos movimentos sociais, à ação intencional, à expressão e ação da vontade individual ou coletiva, face à lógica do sistema, são fortemente demarcados e resistentes.

Os sistemas sociais possuem uma lógica autônoma de funcionamento e a ação intencional, a ação coletiva dos movimentos sociais passa a enfrentar restrições dificilmente transponíveis quanto as suas demandas para a inclusão de novas perspectivas, de novas regras. Por exemplo, nós enfrentamos há pouco tempo uma grande discussão, no País inteiro, a respeito de cotas nas universidades públicas. A questão de cotas para as minorias esquecidas, abandonadas, foi amplamente debatida e divulgada nos meios de comunicação. Procurou-se criar esquemas de inclusão para negros, indígenas, dentre outros segmentos populacionais socialmente desprivilegiados. Esse é um critério étnico, articulado à posição social e, portanto, extra-acadêmico, que foi acrescido aos critérios acadêmicos de competência, que requerem provas de conhecimentos para o ingresso no mundo acadêmico. Com isso se criaram novos problemas, que nós precisamos enfrentar, estudar e pesquisar. Um dos fenômenos sociais mais salientes é o problema do preconceito frente aos chamados cotistas. Vocês devem estar bem familiarizados com esse tipo de problema que se criou dentro das nossas universidades, que deveriam ser um campo de inclusão e de participação com equidade, um campo de convivência cidadã.

Passarei agora para a exposição do terceiro tipo de mudança – de cunho ético – político –, que vem caracterizando as ciências sociais em período recente. Alguns autores a denominam virada normativa, que tem um sentido não só moral, mas também político, pois diz respeito à formação de quadros de referência capazes de articular problemas abstratos, suficientemente abrangentes face às urgências das demandas morais da *polis* na vida social contemporânea. Ganha força a ideia de que a teoria social é reflexiva, especialmente com relação as suas implicações práticas, ou seja, nós temos que pensar nas consequências prático-políticas das nossas elaborações, da nossa produção, do ponto de vista teórico, ético e político. Nos termos de Ulrich Beck (2000a e 2000b), a segunda modernidade requer uma séria tentativa de superar os preconceitos eurocentristas das ciências sociais com relação às sociedades não-ocidentais, tidas como tradicionais, como pré-modernas, em um sentido pejorativo, de inferioridade, e que se passe a pensar em termos de pluralismo de modernidades. Esse pluralismo de modernidades deve ser pensado e negociado no âmbito de um debate mundial.

Problemas que eram antes estritamente assumidos como atinentes à filosofia moral e política, hoje vêm ocupando lugar central nas ciências sociais, como as já mencionadas questões da paz, da esperança de paz, de uma vida de paz, de uma cultura de paz, de justiça e de vida boa. Cabe, pois, agora, perguntar o que se entende por uma cultura de paz? O que é justiça? O que é uma vida boa? Essas são questões em aberto, a serem equacionadas e amplamente debatidas tanto entre nós cientistas sociais quanto com o público em geral, porque, começando entre nós – enquanto cientistas e enquanto cidadãos e cidadãs –, não temos nenhuma unanimidade acerca das mesmas. Se nós fossemos começar aqui por esta platéia, já iríamos certamente enfrentar um amplo debate, a partir de opiniões e visões fortemente diferenciadas. O mesmo ocorreria se, enquanto cientistas e cidadãos, participássemos da discussão dessas questões no âmbito, por exemplo, de algum movimento social, como os movimentos sindicais, os movimentos ecológicos ou os movimentos feministas. Agora, imaginemos como seria possível travar – enquanto cidadãos e cidadãs globais –, um debate desse tipo, em um plano envolvendo diferentes agentes sociais e movimentos sociais de distintas regiões do mundo e com diferentes concepções de vida. Equacionar os conceitos de vida boa, de justiça e de cultura de paz, enquanto princípios universais, que assegurem os direitos fundamentais das pessoas e populações, incluindo a diferença e a diversidade. Esse é hoje o grande desafio de ordem ético-política (CUÉLLAR, org., 1997)⁷.

Parte II - Autonomia ou heteronomia? Abordagens selecionadas

Passemos para a Parte II, que diz respeito à apresentação de oito abordagens teóricas, que eu selecionei porque algumas delas informam mais sobre alguns aspectos, outras sobre outros aspectos da problemática apresentada, qual seja, a oposição entre uma vida justa e boa *versus* uma vida marcada pelo individualismo, pelo egoísmo e pela violência. Importa termos presente que, se nos mantivermos em uma atitude de indiferença, de imobilismo, nós mesmos estaremos dando margem à emergência de regimes políticos autoritários e, no limite, despóticos e totalitários. O autoritarismo e o totalitarismo não assumem hoje, necessariamente, os padrões clássicos das ditaduras civis

⁷ Essas constituem as orientações da UNESCO, constantes do Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento e publicadas em CUÉLLAR, Pérez de (org.). *Nossa Diversidade Criadora*, 1997.

ou militares, mas também outras formas, menos visíveis. A crescente concentração do poder do estado pode revelar-se como uma espécie de autoritarismo ou mesmo de totalitarismo, ainda que mantendo a forma de uma república. Como tem amplamente mostrado a História, as conexões entre república e democracia não estão dadas, asseguradas.

Diante da situação de exclusão e de violência generalizada na vida social, a nós, cientistas sociais, cabe a tarefa de contribuir para compreender a ressignificação dos movimentos sociais na atualidade. Ou seja, cabe considerar que hoje os movimentos sociais assumem novas formas, novos significados e muitas vezes se expressam de maneira apolítica, apartidária. Todo movimento social é político, tem uma ideologia, mas muitos deles têm se afastado dos partidos políticos, das formas políticas institucionalizadas, devido à perda de crédito dos próprios partidos políticos.

No Brasil, vivemos hoje um novo tipo de clientelismo. Vivemos em uma República com uma Constituição-Cidadã que, se de um lado já foi substancialmente reformada, de outro ainda necessita, para a sua plena vigência, de uma extensiva complementação infra-constitucional, permanentemente relegada ao esquecimento pelas elites políticas dominantes no próprio Congresso Nacional. Temos, pois, uma Constituição inconclusa, um sistema representativo nacional parlamentar bicameral, mas, ao mesmo tempo, pode-se afirmar que os poderes legislativo e judiciário não são independentes, autônomos em relação ao executivo. As alianças, as coalizões partidárias, criando uma espécie de clientelismo por linhas político-partidárias, acabam fundindo as fronteiras entre os três poderes, enfraquecendo e solapando um dos princípios republicano-democráticos – a autonomia e independência dos poderes. Nós, como cidadãos e como cientistas sociais, podemos contribuir para mudar esse *status quo*, através das nossas análises para entender como se dão, no Brasil hoje, as novas formas de luta política na sociedade civil pela Democracia e pelo Estado de Direito.

Passo, agora, à apresentação, ainda que sintética, de oito abordagens teóricas, listadas no Quadro II, que ilustram as três grandes transformações de cunho epistemológico, teórico-metodológico e ético-político, de que falei na Parte I. Essas abordagens dizem também respeito centralmente à problemática da relação violência *versus* vida justa e boa e estão, de fato, desafiando a construção do objeto nos próprios projetos de pesquisa dos cientistas sociais hoje.

Eu gostaria de esclarecer que essa seleção de autores não é um programa de ensino e que se poderia incluir outros autores e outras linhas teóricas. Esses autores e autoras elaboram suas análises tendo presente questionamentos que, conquanto através de terminologia diferenciada, tratam a problemática em foco – como construir socialmente uma vida boa e justa – através da análise de uma ou mais das quatro questões-chave que eu adotei como linhas gerais de orientação nesta palestra.

Quadro II - Abordagens e autores selecionados

<u>RECONHECIMENTO NEGADO</u> (AXEL HONNETH)	<u>NEO-COLONIALISMO</u> (HOMI BHABHA)
<u>RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO</u> (NANCY FRASER)	<u>SOCIEDADE GLOBAL DO RISCO</u> (ULRICH BECK)
<u>GÊNERO E SEXUALIDADE</u> (JOAN SCOTT)	<u>SOCIEDADE CIVIL</u> (CHARLES TAYLOR; FRANCISCO DE OLIVEIRA)
<u>GÊNERO E MORALIDADE</u> (SEYLA BENHABIB)	<u>VIABILIZAÇÃO DA VIDA</u> (PETER EVANS)

Fonte: Autora, 2011.

Iniciando por Axel Honneth (2006; 2007b), cabe indicar que o autor, situando-se no âmbito da Teoria Crítica, coloca como crucial hoje a questão do reconhecimento negado. O que é o reconhecimento negado? É a experiência da injustiça vivida pelas classes oprimidas, pelas classes subalternas. A ideia de classe social em Axel Honneth se aproxima, mas não coincide, com a de Bourdieu. É classificação entre mais valorizados, menos valorizados, implicando posição social e relação de poder entre opressores e oprimidos. É uma visão de classes sociais que se situa bastante próxima da noção de divisão social do trabalho, entendida como relação social entre superior dominante e inferior dominado. O problema do sentimento de menosprezo e de injustiça entre os oprimidos impede a construção da identidade do eu autônomo. Aproximando-se da linha do Bourdieu, o indivíduo passa a incorporar internamente essa visão que o outro tem de si mesmo como alguém desvalorizado; alguém cujo falar, cujo fazer, cujo estilo de vida,

não vale a pena ser defendido, não vale a pena ser apresentado publicamente. Honneth expõe seus argumentos em diversas publicações, especialmente no livro que justamente leva em seu título os termos sociedade do desprezo, do menosprezo (2006).

Modificando a Filosofia do Direito de Hegel, Honneth (2007a) considera que essas pessoas que sofrem a experiência da injustiça, do não reconhecimento, necessitam em um primeiro nível passar pelo processo de construção de reconhecimento do eu, de auto-estima, de auto-confiança, de auto-respeito, através da família, no que diz respeito ao amor, incluindo-se aqui o amor romântico, a sexualidade. Um segundo nível desse processo diz respeito à solidariedade, a qual tem lugar principalmente no âmbito da divisão do trabalho. Consiste na solidariedade entre os trabalhadores, incluindo não só os trabalhadores desvalorizados por salário e qualificação, mas também os trabalhadores de altos salários, com elevados graus de qualificação, que também sofrem por sentimentos de injustiça, de não reconhecimento. Esse pode ser o caso de indivíduos que ocupam altos cargos gerenciais em uma empresa.

Diferentemente de Habermas (1990; 1994), o processo de constituição da identidade do eu autônomo ocorre no plano da luta pelo reconhecimento e não, da ética do discurso. Honneth entende que a ética do discurso é extremamente formal e racional e que essas parcelas da população não acedem à capacidade, às competências de elaboração de argumentos formais, racionais para que, em um debate, em uma assembleia, vença o melhor argumento. Ou, por outra, não estão inicialmente racionalmente motivadas. A luta pelo reconhecimento deverá, sim, alcançar um terceiro nível, o do Direito, o da Lei. Deverá se fazer manifestar no âmbito do Estado, mas seu ponto de partida é a experiência de menosprezo, o sofrimento de injustiça, e não, o desenvolvimento de competências racionais, como na ética do discurso.

Essa luta está relacionada com os paradoxos do capitalismo contemporâneo (HARTMANN e HONNETH, 2006). A globalização, a facilidade de contatos, de acesso a informações no âmbito da sociedade mundial, pode favorecer a adesão a uma outra cultura, que não a da participação na sociedade civil. A cultura da violência pode ser visualizada como o caminho a seguir, mediante a condição de reconhecimento negado e a impossibilidade de auto-constituição como sujeito autônomo.

Nancy Fraser (2003) também se situa no campo da Teoria Crítica e vem dialogando com Axel Honneth. Em sua visão, colocar o problema do reconhecimento, por si só, é insuficiente, uma vez que as questões referentes à ética do reconhecimento estão limitadas a gerar

demandas e políticas públicas de tipo afirmativo, compensatório, de reconhecimento dos direitos de minorias. Desse modo, argumenta, vamos continuar convivendo com as mesmas condições de violência, de segregação social, conquistando alguns direitos propícios a apaziguar o conflito social. Esse seria o caso da política de cotas nas universidades brasileiras, anteriormente mencionada.

A autora ressalta que é preciso contemplar, ademais do problema do reconhecimento, o da redistribuição. Na sua visão, a questão do reconhecimento se situa no âmbito da luta por honra, por *status*, enquanto a da redistribuição se situa no âmbito da luta de classes, em uma concepção que se aproxima da teoria weberiana. Como sabido, no sentido weberiano posição de classe é posição de mercado, razão pela qual Fraser (2002) situa a redistribuição no plano da economia, ou seja, do mercado. Já o reconhecimento está situado no plano da honra social. Para além das políticas públicas de tipo afirmativo, essa autora propõe que as lutas sociais avancem para políticas transformativas. O que significa essa afirmação? Em poucas palavras, significa reconhecer as propostas marxistas – retomar as análises do capitalismo realizadas por Marx, de lutas por uma sociedade socialista, mas afastar, manter uma perspectiva crítica, de distanciamento do socialismo real, do totalitarismo que o marcou e de todas as formas de repressão que resultaram das experiências de socialismo no século XX. A autora se coloca em uma posição pós-socialista.

Suas proposições não param aqui. Ressalta que as transformações das relações de gênero e de sexualidade têm sido um grande desafio para as nossas pesquisas e para as nossas teorizações enquanto cientistas sociais. Considera e critica outrossim toda forma de segregação social, especialmente, de gênero, de raça e de etnia. Para abreviar a exposição retomo aqui a ideia da relação em espiral entre a produção das ciências sociais e a sua apreensão pelo público em geral, agora referida quanto aos estudos de gênero. Resultados de pesquisas sociais têm sido incorporados por empregadores, por gestores de empresas, que passaram a demandar como requisitos de avaliação de desempenho em determinadas ocupações os assim chamados talentos femininos. Capacidade de comunicação, de atendimento dedicado ao cliente, tornaram-se critérios de seleção de funcionários, inclusive os homens, que trabalham com os públicos interno e externo de uma organização. Ao mesmo tempo, se exige das mulheres trabalhadoras as mesmas capacidades tidas classicamente como masculinas: mais tempo de dedicação ao trabalho, com a realização de horas-extra e de trabalho nos fins de semana. Nessas condições, a família, o cuidado dos filhos

precisam ficar secundarizados. Mediante esse quadro, Fraser (2000) firma sua posição política em termos de feminismo pós-socialista.

Prosseguindo na apresentação, passo agora para Joan Scott (1997), a qual considera que o dilema igualdade *vs.* diferença entre homens e mulheres é um falso dilema porque não leva em consideração a diferenciação entre mulheres e a diferenciação entre homens. As questões de gênero são tratadas como uma natural dualidade, ao não serem articuladas às questões da sexualidade, passando a se submeterem ao discurso de verdades pré-concebidas, como já apontou Michel Foucault.

Ou seja, acabamos aceitando as divisões pré-estabelecidas, em termos de papéis sociais de homens e de mulheres; como se só existissem uma única masculinidade e uma única feminilidade, negligenciando as diversidades dos modos de ser homem e dos modos de ser mulher. A desconstrução desse dilema é uma tarefa necessária nas ciências sociais, assim como nas lutas sociais, sendo preciso levar em conta, de alguma maneira, as diferenças entre os vários gêneros, as várias formas de sexualidade, de eroticidade, em uma perspectiva simultânea e articulada de diferença e igualdade. São especificidades que demandam reconhecimento, para retomar a problemática colocada por Honneth, e também igualdade de direitos, não somente no sentido formal – de direitos perante a lei –, mas fundamentalmente no sentido efetivo de uma prática social cidadã.

Seyla Benhabib (1987) tem outra visão dessa temática. É uma autora habermasiana. Como Honneth, critica a visão extremamente racionalista e formal da ética do discurso, porque considera não incluir a grande maioria das mulheres. As mulheres, em sua maior parcela, vivem no âmbito do lar, da vizinhança, das relações do cuidado e da responsabilidade para com o “outro concreto”, noção que a autora apresenta em complementação à de “outro generalizado”, crucial na análise de Habermas (1990) sobre o desenvolvimento da moral e da identidade do eu. Benhabib (1987) entende que se trata de uma questão de socialização e não, de talentos naturais. Mas essa forma de socialização da mulher, na sua visão, precisa ser retomada e valorizada na teoria social, de maneira que se abra espaço para considerar que essas mulheres também podem ascender ao grau mais elevado de desenvolvimento da consciência moral, qual seja, o nível pós-convencional, quando se constituem, a partir do eu moralmente autônomo, as orientações éticas baseadas em princípios universais. Ou seja, mulheres que trabalham nas suas comunidades, mulheres que trabalham no âmbito do cuidado, da responsabilidade em relação aos parentes, vizinhos, conhecidos, não ficariam em uma posição estanque, classificada como

convencional, de obediência aos padrões comportamentais que já estão aceitos nos círculos de relações sociais primárias (família) e secundárias (escola), conforme a escala de Kohlberg, usada por Habermas (1990). Se assim fosse, permaneceriam, segundo essa escala, imaturas, orientadas por papéis sociais de tipo “orientação boa moça” ou, em um nível um pouco mais avançado, “orientação [acrítica] pela lei e pela ordem”. Oposta a essa forma de apreensão acerca da capacidade de desenvolvimento da consciência moral da maioria das mulheres, Benhabib (1987) argumenta que elas podem alcançar o nível de autonomia do eu, de orientação por princípios universalizáveis, e que não necessariamente permanecem orientadas pelos particularismos da família, dos conhecidos. Podem chegar a um grau de desenvolvimento de consciência moral de cunho pós-convencional, baseado em julgamentos morais compatíveis com o Estado de Direito.

Enfocando agora a segunda coluna do Quadro II, visualiza-se no topo a abordagem intitulada Neocolonialismo, aqui representada por Bhabha (2001). Essa abordagem diz respeito à relação entre colonizador e colonizado, no período pós-colonial. Mas não diz respeito somente a regiões como, por exemplo, Europa *versus* África, Europa *versus* Oriente Médio ou China. Refere-se também a questões mais recentes como, por exemplo, China *versus* determinados países da África, sobre como está se dando essa relação em que a China vem ampliando sua presença político-econômica no continente africano. A esse respeito, se pode citar a importância dos representantes da diplomacia chinesa no conflito étnico-religioso-político que culminou na divisão do Sudão, onde a China possui interesses na área do petróleo. Também diz respeito à relação de fronteiras que se estabelece entre os Estados Unidos da América do Norte com países como o México e outros da América Central e do Sul, assim como aos imigrantes chicanos e aos latinos nos Estados Unidos. É uma teoria que trabalha com relações de poder, que se manifestam pós-período clássico de dominação colonial. São relações de cunho neocolonial, agora expressas de maneira menos visível.

Na formulação de Homi Bhabha, a relação entre colonizador e colonizado é ambivalente, é uma relação de atração e repulsa. Tanto colonizador como colonizado constroem estereótipos acerca da sexualidade, do fascínio de um pelo outro. São fantasias, mistificações que promovem a racialização. Podemos mencionar aqui o exemplo do turismo sexual que ocorre no Nordeste brasileiro, um exemplo bem conhecido. Divulga-se o mito, o fetiche da sensualidade da mulata brasileira para atrair turistas estrangeiros. Na Ásia e na África, é também amplamente conhecida a busca de novas experiências de

sensualidade por turistas europeus e norte-americanos, em mundos-fantasia de explosão de erotismo. São fantasias, fetiches, mitos que são compartilhados de certa maneira pelo colonizado. Porém, essa ambivalência envolve ao mesmo tempo atração e desprezo, criando ameaças à autoridade do discurso do colonizador, baseado na ideia de raça pura, origem pura – branco civilizado e favorecendo as lutas por emancipação do colonizado.

Passando a exposição para a teoria seguinte, salientam-se os problemas relacionados à necessidade de construção de alternativas globais em um ambiente de incerteza, ressaltados por Ulrich Beck (1992; 2000a). Esse autor trabalha com os conceitos de risco e de incerteza na vida social. As sociedades ocidentais e não-ocidentais enfrentam desafios em comum: novas ameaças associadas com as mudanças de sentido de espaço e de tempo (espaços de fluxo, tempo real). A prevalência do capital financeiro gera alta instabilidade econômica, política e social. Em sua análise o autor remete também às grandes mudanças no mercado de trabalho e ao problema do desemprego. Em síntese, argumenta, vivemos na insegurança e sob o risco de colapsos com impactos mundiais.

A noção de reflexividade é uma contribuição crucial de Beck (1994; 2000a; 2000b) para as teorizações das ciências sociais. Diz respeito, especialmente, à realização de debates e negociações sobre visões políticas e culturais divergentes, entre Oriente e Ocidente, de modo a construir cenários em ambientes de incerteza, de um ponto de vista que leve em conta a busca por uma vida menos ameaçada, por uma vida de convivência pacífica. Sobretudo, esses debates e negociações, em um ambiente de risco, de incerteza, de instabilidade, precisam ser continuamente retomados.

É interessante relatar uma das respostas de Beck, em entrevista a Daniel Zolo (2000a). O entrevistador perguntou como é possível, face à sociedade de risco, pensar em uma alternativa à heteronomia do capital financeiro, que promove essas turbulências em nossas vidas, inclusive a crise ecológica. Como é possível que ele, Beck, ainda consiga pensar em alguma alternativa. Ao que Beck respondeu dizendo pensar que não podemos ficar em uma posição pessimista, precisamos ser otimistas, mas é um otimismo dramático. Um otimismo sabendo das pequenas, das restritas possibilidades que temos para enfrentar esses desafios.

Tomando por referência o nome de Charles Taylor e o de Francisco de Oliveira, se encontra logo abaixo, na segunda coluna do Quadro II, o conceito de sociedade civil. Esse conceito vem sendo retoma-

do também em outras abordagens constantes do Quadro II, como a de Nancy Fraser e a de Peter Evans. Em poucas frases, dado o tempo que nos resta, considera-se, nesse contexto teórico, que as lutas dos movimentos sociais, assim como as tarefas dos cientistas sociais para contribuir para um futuro melhor, devem centrar-se na luta por direitos. E o espaço dessa luta por direitos civis, o espaço de concertação e de dissenso é a sociedade civil, consituída por associações auto-coordenadas e livres da tutela do estado. Para a análise das mobilizações sociais que buscam direitos políticos democráticos, invocar a sociedade civil⁸ é o que propõe Charles Taylor (2000), retomando historicamente e aprofundando o seu significado. No capitalismo global, novos e mais fortes modos de contestação emergem, através das redes mundiais de comunicação. As possibilidades diretas e indiretas de participação que se criam nesses novos espaços públicos, sem tempo e lugar específicos, dispensam reuniões e assembleias, quando for o caso. Propiciam também o anonimato, faceta nem sempre favorável às formas democráticas de articulação de demandas.

Mediante a complexificação da política, Oliveira (2001) fala em termos de meta-pólis, ou seja, de *ágora* mundial. Para esse autor, nosso pensamento precisa ser formulado em termos do cenário mundial, da *ágora* globalizada. Não é suficiente encaminhar demandas específicas, localizadas. É necessário estabelecer conexões abrangentes em relação a outros atores e movimentos sociais, em uma perspectiva que vá muito além da nossa vida imediata. O espaço de lutas por direitos é o de uma *ágora* mundial, um espaço de cidadãos do mundo.

Passamos, no seguimento desta exposição, para a abordagem de Peter Evans (2001), que formula a noção de viabilização da própria vida, em inglês, *livability*. Significa que há condições *sine qua non*, a curto prazo, para que tenhamos possibilidades de seguir vivendo. A questão central é: poderemos continuar vivos ou teremos que assistir à degradação ambiental e, portanto, à degradação da vida? Aqui se trata, salienta o autor, de um problema de justiça inter-geracional.

Evans (2001) propõe a crítica da Economia Política Globalizada em articulação com a construção de uma abordagem teórico-prática da Ecologia Política com Sustentabilidade. Mas o que é desenvolvimento sustentável? Poderemos criar novos caminhos, através de alianças de cunho sócio-político e econômico, que busquem criar diferentes métodos de desenvolvimento social, baseados na diversificação de fontes de recursos? Sua visão se coloca para além do *welfarismo*,

⁸ Taylor, 2000. Título do capítulo 11 em *Argumentos Filosóficos*.

contrariando as ideias de que o crescimento econômico, por si só, propicia o acesso a bens de consumo, às novas tecnologias de informação e, portanto, ao bem estar.

Faz-se necessário considerar a existência de diferentes visões e avaliações sobre o que vem a ser uma vida boa, sobretudo, no que tange à vida propriamente dita (*livelyhood*). Em linha similar à de Beck (2000a), à de Taylor (2000) e à de Oliveira (2001), as demandas locais e regionais necessitam estar globalmente articuladas, face aos impedimentos estruturais globais, à heteronomia global. Avançando em sua argumentação, Evans (2001) ressalta a importância da ampliação do acesso a meios como capital cultural e capital social, ao assumir a perspectiva da viabilidade de formação e expressão da vontade pública política em âmbito mundial. Entretanto, aponta que acordos com desprendimento nem sempre ocorrem e as propostas dos movimentos sociais podem ser estereotipadas e até mesmo se tornarem objetos de consumo. As relações de poder e influência tornam as negociações mais complexas e são fontes da alta instabilidade dos acordos alcançados.

Para finalizar, por ora, interessa neste momento chamar atenção sobre duas propostas encaminhadas pelo autor: 1) no âmbito das ciências sociais, a contribuição da pesquisa empírica para o conhecimento das variações de alternativas adotadas pelos agentes políticos locais; 2) no âmbito das mobilizações sociais, a necessidade de ampliação de atores e de diversificação dos caminhos para a democracia.

Vou encerrando por aqui, já ultrapassei meu tempo e me coloco agora à disposição para o debate. Muito obrigada!

Perguntas

1. Boa noite professora! Considerando o atual cenário e a complexidade social das relações sociais, que lugar teria, na pesquisa social contemporânea, uma discussão sobre a emancipação social?

Muito restrito mesmo. Em outros termos, a pergunta é: há espaço, ainda hoje, para o problema da emancipação social, colocado pela Escola Crítica, dentro da perspectiva de uma sociedade globalizada, que tem a sua própria lógica e que estabelece limites muito estreitos para a ação intencional? Sabe-se que são cada vez mais estreitos os limites da ação intencional, em busca de uma vida melhor, de cidadania, de direitos, face à heteronomia global, que tem a sua própria lógica. De certa forma, Habermas trabalha com essa ideia, opondo a lógica de sistema ao mundo da vida. O sistema econômico, por exemplo, detém uma lógica fechada, de mercado,

de lucro, de rentabilidade econômica. Sua linguagem é a moeda de troca, o dinheiro. No mercado não há moralidade, não há possibilidade de comunicação baseada na ética do discurso.

Esse é um exemplo de teorização sobre a gravidade das limitações à emancipação social e à constituição de uma vida boa e justa. Mas penso também que precisamos aprofundar o estudo dessa questão, escavando nas diversas abordagens, tentando visualizar de que modo elas propiciam um diálogo entre movimentos sociais, busca de autonomia, construção da identidade do eu autônomo, em um mundo globalizado e com uma lógica própria.

Seguindo a linha de Evans (2001), remeto aqui à ideia de teimosia. Por que recorrer a esse termo? Os teimosos são os que não se conformam com a visão de que a lógica do sistema nos imobiliza, nos incapacita de pensar e de levar adiante um projeto de compromisso para com as futuras gerações, especialmente no que se refere aos problemas da degradação do meio ambiente e à questão da cidadania. Quem se considera teimoso ainda procura, insiste em buscar recursos teórico-metodológicos e práticos, pensar de que maneira os atores sociais podem se tornar agentes, de modo a promover uma diferença, no sentido adotado por Giddens (1989).

Para finalizar a resposta, entendo que essa é uma pergunta crucial, que perpassa todas as abordagens aqui apresentadas: o problema é heteronomia do sistema *versus* autonomia dos sujeitos individuais e coletivos. São questões que precisam ser investigadas, que se colocam não somente no plano da vida acadêmica, mas que também necessitam ser pensadas quanto as suas consequências prático-políticas.

2. Uma questão se refere a que eu me lembrei daquele mapa das produções de poder, de Boaventura de Sousa Santos, no qual ele tenta fazer um diálogo entre diferentes perspectivas, enfim, entre diferentes leituras. Dentro de toda essa literatura que foi apresentada hoje há pontes, se pode pensar em pontes para a construção de um mapa conceitual, que tenha, pelo menos em parte, a pretensão de Boaventura de Sousa Santos? Seria essa a minha pergunta: é possível pensar em pontes, em diálogos que tenham uma visão não-totalizadora, porque se for totalizadora já está fora dessa nova perspectiva, mas sim, de diálogo entre perspectivas que nos permitam ter uma visão dessa complexidade social hoje?

Em entrevista a Haller, Habermas (1993) referiu as contribuições de Luhmann, com relação às ameaças à comunicação. Ele não estava incorporando a teoria de sistemas fechados de Luhman, com

alta improbabilidade de comunicação, de entendimento, entre sistemas autopoieticos. Não estava abrindo mão da teoria da ação comunicativa. Estava se referindo à contribuição de Niklas Luhmann porque na teoria de Habermas também se coloca um problema importante, que é o fechamento do sistema econômico e do sistema político. A moeda de troca do sistema político é o poder, a do sistema econômico é o dinheiro. Esses dois sistemas não são autopoieticos, no sentido luhmanniano. Realizam trocas entre si. Trocam poder por dinheiro e vice-versa. Eles têm códigos muito específicos, linguagens, funções, objetivos e não há moralidade nenhuma nessas trocas. Não havendo moralidade, não há intersubjetividade. Penso que este é um exemplo de diálogo, porque Habermas reconhece, embora não concorde com a nova teoria dos sistemas de Luhmann, que esse autor chamou atenção para os obstáculos à comunicação entre os sistemas, o que acarreta conflitos e um grande estreitamento das possibilidades de ação intencional, da negociação de acordos.

Assim também podemos referir o modo como Joan Scott se apóia na obra de Foucault, e também a abordagem de Homi Bhabha sobre o neocolonialismo, na medida em que esses autores vão mostrando de que maneira os enunciados do discurso dominante acabam gerando a subjetivação do outro. Mas, diferentemente de Foucault, esses autores buscam, através de outros conceitos, elaborar alternativas possíveis para a emancipação.

Retomando a linha de pensamento da pergunta, a minha ideia, na segunda parte, foi mapear possibilidades, alternativas para responder as questões colocadas no início desta palestra. E sim, penso que há pontos de diálogo e de divergência também.

Gostaria de fazer um último comentário, a respeito dos problemas colocados por Habermas, no artigo intitulado “Sobre o alcance e as limitações da teoria”, publicado em *O Passado Como Futuro* (1993). O autor questiona por que muitos jovens estudantes, muitos pesquisadores das ciências sociais não gostam de trabalhar com a teoria. Porque a teoria, nas ciências sociais, embora trabalhando em articulação com resultados empíricos, não dá respostas definitivas. Quando nós fazemos uma análise a partir de uma determinada abordagem, ou do diálogo entre diversas abordagens, nunca colocamos um ponto final, no sentido de poder afirmar definitivamente o significado do resultado a que chegamos. Outras pesquisas vão sendo realizadas por outros estudiosos, sobre os mesmos problemas, os quais chegam a outras conclusões, a partir de outras perspectivas de análise.

Ademais, os comportamentos sociais vão se alterando. Os preconceitos, por exemplo, em determinados círculos sociais vão se expandindo de maneiras mais dissimuladas, embora existam, estejam presentes. Então a nossa tarefa é extremamente desafiadora. Nenhuma das múltiplas abordagens teóricas em ciências sociais tem a capacidade de dar conta da complexidade da vida social e de suas mudanças constantes. Lembraste, oportunamente, a relevância do mapeamento e do diálogo.

Referências

BECK, Ulrich (coord). **Un Nuevo Mundo Feliz**. La Precariedad del Trabajo en la Era de la Globalización. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2000b.

_____. **A Sociedade Global do Risco**. Uma discussão entre Ulrich BECK e Danilo ZOLO. In:<http://lgxserver.uniba.it> Web italiano para a Filosofia - Copyright 1997-1998 .Tradução de Selvino J. Assmann. Florianópolis: UFSC - Depto. de Filosofia, 2000a. Consulta em: 14/10/2011.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. **Reflexive Modernization**. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order. Cambridge: Polity Press, 1994.

BENHABIB, Seyla. O Outro Generalizado e o Outro Concreto: a Controvérsia Kohlberg-Gilligan e a Teoria Feminista. In: Benhabib, S. e Drucilla C. (orgs.) **Feminismo Como Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos Ltda, 1987.

BHABHA, Homi. The Other Question. Stereotype, Discrimination and the Discourse of Colonialism. In: Seidman, Steven e Alexander, Jeffrey (org.) **The New Social Theory Reader**. Contemporary Debates. London and New York: Routledge. Taylor and Francis Group, 2001.

BOURDIEU, Pierre (coord.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. O campo científico. In: Ortiz, Renato (org.) e Fernandes, Florestan (coord.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil S. A., 1989.

_____. **Razões Práticas**. Sobre a Teoria da Ação. Campinas: Papius, 1996.

CUÉLLAR, Pérez de (org.). **Nossa Diversidade Criadora**. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas: Papius; Brasília: UNESCO,1997.

EVANS, Peter. Looking for agents of urban livability in a globalized political economy. In: Evans, Peter (org.). **Livable Cities?** Urban Struggles for Livelihood and Sustainability. Berkeley: University of California Press, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition?** (A political philosophical exchange). London, New York: Verso, 2003.

FRASER, Nancy. Redistribuição ou Reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea. **Intersecções**. Revista de Estudos Interdisciplinares. UERJ. Rio de Janeiro, jan.- jun. 2002.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HABERMAS, Jurgen, Desenvolvimento da moral e identidade do eu. In: **A Reconstrução do Materialismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Observaciones sobre el concepto de acción comunicativa (1982). In: **Teoría de la Acción Comunicativa: Complementos y Estudios Previos**. Ediciones Cátedra: Madrid, 1994.

_____. Sobre o alcance e as limitações da teoria. In: **O Passado como Futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HARTMANN, Martin e HONNETH, Axel. Les paradoxes du capitalisme: un programme de recherche. In: Honneth, Axel. **La Société du Mépris** (Vers Une Nouvelle Théorie Critique). Paris XIIIe: Éditions La Découverte, 2006.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou Redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: Souza, Jessé e Patrícia Mattos (org.), **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: ANNABLUME, 2007b.

_____. **La Société du Mépris** (Vers Une Nouvelle Théorie Critique). Paris XIIIe: Éditions La Découverte, 2006.

_____. **Sofrimento de Indeterminação**. Uma Reatualização da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Esfera Pública, 2007a.

LUHMANN, Niklas. **Organización y Decision. Autopoiesis, Acción y Entendimiento Comunicativo**. Barcelona, México, Santiago de Chile: Anthropos Editorial, Universidad Iberoamericana, Instituto de Sociología de la Pontificia Universidad Católica de Chile, 1997.

_____. **Sistemas Sociales**. Lineamentos para una Teoria General. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Iberoamericana; Santafé de Bogotá: CEJA, Pontificia Universidad Javeriana, 1998.

MABORDI, Sabine. **Interrogando a Identidade**. A Ambivalência de Homi Bhabha. Comentários. (UBC - University of British Columbia). Tradução do comentário: Mariana Lustosa (UFRGS). Antologia de Textos Fundadores do Comparatismo Literário Interamericano. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/bhabha/comentarios.htm>. Consulta em: 20/10/ 2011.

NEVES, Clarissa E. Baeta e EVA, M. B. Samios (orgs.). **Niklas Luhmann**. A Nova Teoria dos Sistemas. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Goethe Institut, 1997a.

NEVES, Clarissa E. Baeta. Niklas Luhmann e sua obra. In: Neves, Clarissa E. Baeta e Eva M. B. Samios (orgs.). **Niklas Luhmann**. A Nova Teoria dos Sistemas. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Goethe Institut, 1997b.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?. In: Silvio Caccia-Bava, Veronika Paulics e Peter Spink (org.). **Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção**. São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania / EAESP / FGV, 2002.

RODRIGUES, Léo Peixoto e MENDONÇA, Daniel de (orgs.). **Ernesto Laclau e Niklas Luhmann**. Pós-Fundacionismo, Abordagem Sistêmica e as Organizações Sociais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

ROSENFELD, Cinara. Paradoxos do capitalismo e trabalho em *call centers*. Brasil, Portugal e Cabo Verde. **Caderno CRH**, v.20, n.51. Salvador, set./dez. 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. As possibilidades das Metodologias Informativas nas Práticas Sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do Século XXI. **Sociologias**, n. 5. Porto Alegre. Jan./Jun. 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Igualdade *versus* diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista** (Cidadania e Feminismo), Número Especial. México, D.F., 2000. In: www.debatefeminista.com Consulta. em: 20/02/2009.

_____. Deconstructing equality - versus - difference: or, the uses of poststructuralist theory of feminism. In: Meyers, Diana Tietjens (org.). **Feminist Social Thought**. New York e London: Routledge, 1997.

SEIDMA, Steven e ALEXANDER, Jeffrey. Introduction. In: Seidman, Steven e Alexander, Jeffrey (org.). **The New Social Theory Reader**. Contemporary Debates. London and New York: Routledge. Taylor and Francis Group, 2001.

TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

VOIROL, Olivier. Préface. In: Honneth, Axel. **La société du mépris** (Vers Une Nouvelle Théorie Critique). Paris XIIIe: Éditions La Découverte, 2006.

ZURN, Christopher F. **Recognition, Redistribution, and Democracy: Dilemmas of Honneth's Critical Social Theory**. Blackwell Publishing Ltd. 2005. Disponível em: <http://www.uky.edu/~cfzurn/CZ-EJP-HonnethDil.pdf>. Consulta em: 10/10/2011.

Artigo recebido em novembro/2011
Aprovado em dezembro/2011